

**Código**

**402**



**Data e horário**

**Domingo**

**24/11/2013**

**14 horas**

(Horário Oficial de Brasília)


#### **INSTRUÇÕES**

- Você receberá do fiscal
  - um **caderno de questões** das **provas objetiva e discursiva** contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma, e apenas uma alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
  - um **cartão de respostas** ótico personalizado; e
  - uma **folha de respostas da prova discursiva**.
- Verifique se a numeração das questões, a paginação do **caderno de questões** e as codificações do **cartão de respostas** ótico e da **folha de respostas da prova discursiva** estão corretas.
- Quando autorizado pelo **fiscal do IADES**, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado do **cartão de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

#### **Educação, arma poderosa.**

- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer as **provas objetiva e discursiva**, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação do **cartão de respostas** ótico e o preenchimento da **folha de respostas da prova discursiva**.
- Somente será permitido levar o **caderno de questões** após 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos do início das provas.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início das provas, você poderá entregar seu **cartão de respostas** ótico e a **folha de respostas da prova discursiva** e retirar-se da sala.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do **IADES** o **cartão de respostas** e a **folha de respostas da prova discursiva** devidamente assinados.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a **caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada de material transparente**.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. Desligue e guarde em embalagem fornecida pelo fiscal do **IADES**: máquina fotográfica; telefone celular; relógio; gravador; *bip*; receptor; *pager*; *notebook*; *tablet* eletrônico; *walkman*; aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais; agenda eletrônica; *palmtop*; régua de cálculo; máquina de calcular e (ou) qualquer outro equipamento similar.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um **fiscal do IADES**.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

#### **INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA**

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas da prova objetiva** e na **folha de respostas da prova discursiva**. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no **cartão de respostas**.
- Leia atentamente cada questão e assinale, no **cartão de respostas** ótico, uma única alternativa.
- O **cartão de respostas** ótico e a **folha de respostas da prova discursiva** não podem ser dobrados, amassados, rasurados ou manchados nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** é cobrir, fortemente, com **caneta esferográfica preta ou azul**, o espaço a ela correspondente. Marque as respostas assim: 

#### **PROVA PARA O(S) SEGUINTE(S) EMPREGO(S) (Código 402):**

CAU-BR: Analista Técnico / CAU-CE: Analista Arquiteto / CAU-DF: Analista Arquiteto / CAU-ES: Analista Técnico / CAU-GO: Analista Técnico / CAU-MT: Analista Técnico / CAU-PA: Analista Técnico.

Realização:

**iades**

Texto 1 para responder as questões de 1 a 4.

### O olhar estrangeiro

1 Sempre que um livro de arquitetura me cai às mãos,  
a primeira coisa que procuro é saber se Brasília ou os  
arquitetos que a construíram estão nele. Quando o livro é de  
4 autor estrangeiro, então, essa busca se torna ainda mais  
ansiosa. É um modo de cotejar meu olhar com o olhar  
estrangeiro.

7 Do recém-lançado *O futuro da arquitetura desde  
1889*, de Jean-Louis Cohen, esmerada edição da CosacNaify,  
com revisão técnica da professora Sylvia Ficher, da UnB, o  
10 que mais me chamou a atenção foi o título do capítulo  
destinado à produção brasileira: “O planeta Brasil”. Perfeito.  
Em matéria de arquitetura e urbanismo modernos, somos  
13 mesmo um universo singular. As obras surgidas a partir da  
década de 1940 “abriu novos horizontes para os arquitetos  
europeus e americanos, bem como para aqueles que  
16 trabalhavam na África e no Oriente Médio”.

O fascínio das formas da arquitetura moderna  
brasileira, escreveu o autor, “residia em sua fluência e  
19 elegância, mas também em sua ousadia técnica, que dava  
extrema leveza às mais complexas estruturas, possíveis  
graças à articulação das duas técnicas desenvolvidas para o  
22 uso do concreto armado: a ossatura e as cascas.” A  
inventividade brasileira, prossegue, “era visível também nas  
novas soluções para os pilotis de Le Corbusier, que deixavam  
25 de ser simples cilindros para ganhar contornos em V ou Y  
afinando nas extremidades.”

Brasília merece um item no capítulo destinado a Le  
28 Corbusier. Aqui, o autor se contenta em descrever  
resumidamente o projeto de Lucio Costa e as obras de Oscar  
Niemeyer. Talvez Jean-Louis Cohen, um dos mais  
31 renomados historiadores de arquitetura do século 20, quisesse  
fugir da crítica feroz que os especialistas estrangeiros  
destinam à cidade desde que ela foi construída. Sendo assim,  
34 conclui o item dizendo: “A população de Brasília continua  
profundamente arraigada à cidade, refutando as previsões  
pessimistas de seus mais aguerridos detratores.”

37 Vale ressaltar que no livrão de 525 páginas, rico em  
iconografia da arquitetura mundial do período, Brasília é só  
um dos 207 itens distribuídos em 36 capítulos. O mundo é  
40 bem mais diverso do que a gente é capaz de supor.

FREITAS, Conceição. In: *Correio Braziliense*. Caderno Cidades, 6/10/ 2013.

### QUESTÃO 1

Portuguê

Considerando o contexto em que aparece o período “A  
população de Brasília continua profundamente arraigada à  
cidade, refutando as previsões pessimistas de seus mais  
aguerridos detratores.” (linhas de 34 a 36), é correto afirmar  
que os vocábulos em destaque significam, respectivamente,

- (A) ratificando e caluniadores.
- (B) reiterando e ultrajadores.
- (C) desmentindo e difamadores.
- (D) derrubando e apoiadores.
- (E) contrariando e seguidores.

### QUESTÃO 2

Considerando as informações do texto e a sua relação com o  
título, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto intitula-se “O olhar estrangeiro”, pois o seu conteúdo principal tem como referente o livro *O futuro da arquitetura desde 1889*, de Jean-Louis Cohen, que faz considerações sobre a arquitetura brasileira.
- (B) O título faz referência direta às influências de alguns arquitetos brasileiros sobre a arquitetura estrangeira.
- (C) O título faz menção à influência dos arquitetos estrangeiros sobre as formas da arquitetura moderna brasileira.
- (D) O texto é intitulado “O olhar estrangeiro”, pois apresenta como tema principal a total divergência de opinião sobre a arquitetura brasileira entre a autora (o olhar brasileiro) e Jean-Louis Cohen (o olhar estrangeiro).
- (E) O título refere-se às comparações feitas pela autora entre as concepções dos arquitetos nacionais e as dos arquitetos estrangeiros sobre as produções arquitetônicas do final do século 19 até hoje.

### QUESTÃO 3

Assinale a alternativa que, em conformidade com a norma padrão, reproduz o sentido original do período “Sempre que um livro de arquitetura me cai às mãos, a primeira coisa que procuro é saber se Brasília ou os arquitetos que a construíram estão nele.” (linhas de 1 a 3).

- (A) Toda a vez que um livro de arquitetura me cai às mãos, a primeira coisa que procuro é saber se Brasília ou os arquitetos, os quais a construíram, estão nele.
- (B) A primeira coisa que procuro, toda vez que um livro de arquitetura me cai às mãos, é saber se Brasília ou os arquitetos que lhe construíram estão nele.
- (C) Quando um livro de arquitetura me cai às mãos esporadicamente a primeira coisa que procuro é saber se Brasília ou os arquitetos que a construíram estão nele.
- (D) A primeira coisa que procuro, sempre que um livro de arquitetura me cai às mãos, é saber se Brasília ou os arquitetos que a construíram estão nele.
- (E) Saber se Brasília ou os arquitetos em cuja a construção trabalharam estão nele é a primeira coisa que procuro, sempre que um livro de arquitetura me cai às mãos.

## QUESTÃO 4

Logo no início do texto, Conceição Freitas revela “a primeira coisa” (linha 2) que procura sempre que lhe cai às mãos um livro de arquitetura. A esse respeito, é correto afirmar que o livro *O futuro da arquitetura desde 1889*, de Jean-Louis Cohen,

- (A) não satisfaz a busca da autora.
- (B) satisfaz parcialmente a busca feita pela autora, pois apresenta apenas uma vaga menção a Oscar Niemeyer e Lucio Costa.
- (C) satisfaz parcialmente a procura feita pela autora, já que não é destinado um capítulo inteiro a Brasília.
- (D) satisfaz plenamente a procura feita pela autora, pois ele reconhece a importância da arquitetura moderna brasileira para a arquitetura mundial.
- (E) satisfaz plenamente a procura feita pela autora, pois nele aparece pelo menos um dos conteúdos que ela deseja encontrar.

### Texto 2 para responder as questões de 5 a 8.

1 Quando arquiteto e morador encontram-se para  
discutir um projeto de habitação, tem-se, por um lado, uma  
dimensão de liberdade e de escolha a partir da possibilidade  
4 de pensar e imaginar a casa que se quer e se sonha, baseada  
em uma construção cultural, histórica, ideológica e  
antropológica. Por outro, há a dimensão da necessidade e da  
7 urgência, quando se trata de população de baixa renda e de  
habitação social, traduzida nas ideias da casa como abrigo e  
da habitação mínima com sua respectiva solução técnica.

10 A relação entre essas dimensões revela a  
complexidade que caracteriza o diálogo entre arquiteto e  
morador e se expressa pelos vínculos e dilemas entre  
13 carência, liberdade, ideologia, gestão, política, técnica e  
autonomia. Não me refiro a uma análise dessas categorias em  
si, mas às ambiguidades que elas imprimem na produção do  
16 objeto arquitetônico, problematizando o seu processo de  
concepção e de construção.

19 Nesse espaço de diálogos e interlocuções entre  
indivíduos e grupos carregados de experiências que ora os  
diferenciam, ora os agrupam, efetivam-se as dimensões  
participativas, que considero como uma esfera micro da  
22 participação, baseadas no falar e no ouvir o outro a fim de se  
conceber e se construir algo coletivamente.

25 A análise das questões colocadas nessa esfera da  
participação pode contribuir para o debate sobre o conceito  
de sustentabilidade, aplicado na produção do ambiente  
construído, na medida em que pode indicar as limitações e as  
28 potencialidades de um projeto que procura integrar, na  
prática, as suas múltiplas dimensões, na perspectiva de se  
evitar as categorizações socialmente vazias que são  
31 encontradas em muitas noções sobre sustentabilidade que não  
contemplam a diversidade social e suas formas de  
apropriação e de uso dos recursos e do ambiente. Além disso,  
34 na discussão sobre princípios e estratégias gerais sobre a  
sustentabilidade, há o destaque para a dimensão política por  
meio da criação de mecanismos que incrementam a  
37 participação da sociedade nas tomadas de decisão.

SHIMBO, Lúcia Zanin; INO, Akemi. *Questões, conflitos e potencialidades do diálogo entre moradores e arquitetos sobre materiais construtivos sustentáveis para habitação*. Disponível em: <[http://www.habitare.org.br/doc/docs\\_revista/artigo\\_lucia\\_shimbo.pdf](http://www.habitare.org.br/doc/docs_revista/artigo_lucia_shimbo.pdf)>. Acesso em: 1º/11/2013, com adaptações.

## QUESTÃO 5

Acerca do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Os conectivos “por um lado” (linha 2) e “Por outro” (linha 6) foram empregados para estabelecer uma comparação que alude a dois aspectos da discussão do projeto de habitação entre o morador e o arquiteto.
- (B) Em “se expressa pelos vínculos e dilemas” (linha 12), o pronome refere-se ao substantivo “complexidade” (linha 11).
- (C) Em “efetivam-se” (linha 20) e “a fim de se conceber” (linhas 22 e 23), o “se” tem a mesma função sintática.
- (D) É opcional o emprego do verbo “pode” (linha 25) no singular ou no plural.
- (E) As palavras “ideológica” (linha 5), “carência” (linha 13) e “múltiplas” (linha 29) seguem a mesma regra de acentuação.

## QUESTÃO 6

Acerca da oração “muitas noções sobre sustentabilidade que não contemplam a diversidade social e suas formas de apropriação e de uso dos recursos e do ambiente.”, (linhas de 31 a 33), assinale a alternativa correta.

- (A) O complemento de “contemplam” é formado por dois núcleos, “diversidade” e “formas”.
- (B) O verbo “contemplam” tem como núcleos do complemento “diversidade”, “formas” e “uso”.
- (C) Se o “que” fosse suprimido, haveria alteração semântica do texto.
- (D) Os termos “de apropriação” e “de uso dos recursos e do ambiente” são complementos do verbo “contemplam”.
- (E) Os termos “dos recursos” e “do ambiente” são complementos do nome “apropriação”.

## QUESTÃO 7

Considere as afirmações acerca da leitura do texto e julgue os itens subsequentes.

- I. O texto é essencialmente informativo.
- II. O texto trata da complexa relação entre o processo de concepção da habitação, o produto arquitetônico e o perfil do morador.
- III. O texto mostra que é intrínseco à profissão do arquiteto passar por um dilema para escolher entre utilidade e estética.
- IV. Os autores do texto assumem um posicionamento crítico em relação ao conceito de sustentabilidade.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0. (B) 1. (C) 2. (D) 3. (E) 4.

## QUESTÃO 8

Analise as reescrituras do terceiro parágrafo do texto, considerando corretas as que não alteram sintática e semanticamente o texto, e julgue os itens que se seguem.

- I. Efetivam-se as dimensões participativas nesse espaço de diálogos e interlocuções entre indivíduos e grupos carregados de experiências que ora os diferenciam, ora os agrupam, que considero como uma esfera micro da participação, baseadas no falar e no ouvir o outro a fim de se conceber e se construir algo coletivamente.
- II. Efetivam-se as dimensões participativas nesse espaço de diálogos e interlocuções entre indivíduos e grupos, carregados de experiências baseadas no falar e no ouvir o outro, que ora os diferenciam, ora os agrupam, a fim de se conceber e se construir algo coletivamente que considero como uma esfera micro da participação.
- III. Nesse espaço de diálogos e interlocuções entre indivíduos e grupos, carregados de experiências que ora os diferenciam, ora os agrupam, as dimensões participativas, que considero como uma esfera micro da participação, efetivam-se, baseadas no falar e no ouvir o outro a fim de se conceber e se construir algo coletivamente.
- IV. As dimensões participativas, que considero como uma esfera micro da participação, baseadas no falar e no ouvir o outro a fim de se conceber e se construir algo coletivamente, efetivam-se nesse espaço de diálogos e interlocuções entre indivíduos e grupos, carregados de experiências que ora os diferenciam, ora os agrupam.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0. (B) 1. (C) 2. (D) 3. (E) 4.

### RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Questões de 9 a 13

## QUESTÃO 9

Se todo arquiteto é desenhista, existe professor que é arquiteto, mas algum desenhista não é professor, então é correto afirmar que

- (A) existe professor que não é arquiteto.
- (B) existe arquiteto que não é professor.
- (C) algum professor não é desenhista.
- (D) todo arquiteto que é professor é também desenhista.
- (E) algum desenhista que é professor é também arquiteto.

## QUESTÃO 10

O edifício sede de certa construtora tem três andares e lá trabalham nove pessoas. De quantas maneiras essas pessoas podem ser distribuídas, de modo que quatro trabalhem no primeiro andar, três no segundo e, no terceiro andar, trabalhem o dono e sua secretária?

- (A) 15. (B) 20. (C) 25. (D) 30. (E) 35.

## QUESTÃO 11

Um pedreiro construindo um muro linear afirmou para o arquiteto responsável: “se eu construir certa quantidade de metro por dia, passados 16 dias faltarão 22 metros a serem construídos. Se, com grande esforço, eu conseguir construir dois metros a mais por dia, passados 12 dias ainda faltarão 14 metros a serem construídos”. Nesse caso hipotético, assinale a alternativa que indica, em metros, o comprimento do muro.

- (A) 64. (B) 72. (C) 86. (D) 94. (E) 98.

## QUESTÃO 12

Na reunião semanal entre engenheiros e arquitetos de determinada construtora, duas pessoas chegam atrasadas e pelo menos uma delas é arquiteta. A probabilidade das duas pessoas serem arquitetas é de

- (A)  $\frac{1}{6}$
- (B)  $\frac{1}{3}$
- (C)  $\frac{1}{4}$
- (D)  $\frac{1}{2}$
- (E) 1.

## QUESTÃO 13

Candidatos a um emprego, em determinada construtora responderam um questionário com 10 itens do tipo verdadeiro ou falso. Observou-se que todos os candidatos responderam oito itens como verdadeiros e dois como falsos e que não existiam dois questionários com todas as respostas iguais. Nessa situação, o número máximo de candidatos era

- (A) 45. (B) 50. (C) 55. (D) 60. (E) 65.

Área livre

## QUESTÃO 14

Com base na Lei nº 12.378, de 31/2010, constitui infração disciplinar no exercício da profissão de arquiteto e urbanista, além de outras definidas pelo Código de Ética e Disciplina,

- (A) observar as normas legais e técnicas pertinentes na execução de atividades de arquitetura e urbanismo.
- (B) integrar sociedade de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo com objetivo de utilizar o nome “arquitetura” ou “urbanismo” na razão jurídica.
- (C) reproduzir projeto ou trabalho técnico ou de criação, de autoria de terceiros.
- (D) delegar a quem não seja arquiteto e urbanista a execução de atividade privativa de arquiteto e urbanista.
- (E) efetuar o Registro de Responsabilidade Técnica, quando isto for opcional.

## QUESTÃO 15

De acordo com a Lei nº 12.378/2010, assinale a alternativa correta sobre o acervo técnico.

- (A) Em caso de falecimento do autor do projeto original, as modificações poderão ser feitas por outro profissional habilitado, desde que haja deliberação plenária do CAU aprovando as alterações.
- (B) Quando ocorre atividade desenvolvida por mais de um arquiteto e urbanista, devem ser especificados os diferentes níveis de responsabilidade, sob pena de multa e embargo da obra. A hipótese de todos serem considerados indistintamente coautores e corresponsáveis não é permitida.
- (C) A implantação ou execução de projeto ou qualquer trabalho técnico de criação ou de autoria de arquiteto e urbanista pode ser feita alterando-se em até 25% (vinte e cinco por cento) as especificações e o detalhamento constantes do trabalho, sem que haja necessidade de autorização do autor.
- (D) O arquiteto e urbanista deverá registrar seus projetos no CAU do ente da Federação onde atue, para fins, entre outros, de comprovação de autoria.
- (E) É dever do arquiteto e urbanista acompanhar pessoalmente, ou por meio de preposto especialmente designado, a implantação de projeto de sua autoria.

## QUESTÃO 16

De acordo com o Regimento Geral do CAU/BR, a Comissão de Política Urbana e Ambiental é uma comissão especial e a ela compete, entre outras atividades,

- (A) acompanhar projetos de lei, em trâmite no Congresso Nacional, relacionados às questões internacionais no contexto da Arquitetura e Urbanismo.
- (B) propor diretrizes e programas para difusão da política urbana e ambiental, assim como os valores ambientais nas cidades brasileiras.
- (C) deliberar e implementar ações visando o desenvolvimento do profissional urbano.
- (D) manifestar-se sobre a regulação do fluxo internacional de profissionais, empresas e serviços de Arquitetura e Urbanismo.
- (E) propor ações de fiscalização do CAU como complemento e apoio às políticas de valorização profissional e de uso do ambiente urbano.

## QUESTÃO 17

De acordo com o Regimento Geral do CAU/BR, a Comissão de Planejamento e Finanças é uma comissão ordinária e tem por finalidade zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do CAU/BR e dos CAU/UF. Entre as suas competências está a de

- (A) propor diretrizes e programas para difusão dos valores e normas referentes à ética e disciplina profissional da Arquitetura e Urbanismo.
- (B) apreciar e deliberar sobre ações voltadas à eficácia da gestão administrativa, patrimonial e institucional do CAU/BR e dos CAU/UF.
- (C) propor, apreciar e deliberar sobre projetos de atos normativos referentes a tabelas indicativas de honorários dos arquitetos e urbanistas.
- (D) apreciar e deliberar sobre normas gerais para os regimentos dos CAU/UF.
- (E) acompanhar o comportamento da receita e da despesa do CAU/BR e dos CAU/UF.

## QUESTÃO 18

Com base no Código de Ética e Disciplina do CAU/BR, assinale a alternativa correta.

- (A) O arquiteto e urbanista deve empenhar-se no conhecimento, na aplicação, no aperfeiçoamento, na atualização e na divulgação do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR.
- (B) O arquiteto e urbanista deve fiscalizar o CAU no cumprimento da prática regular da profissão.
- (C) Para a obtenção do registro de autoria, faz-se necessário que o arquiteto e urbanista anexe parecer jurídico junto aos seus projetos de arquitetura.
- (D) Ao arquiteto e urbanista não compete opinar sobre a legislação pertinente às atividades da Arquitetura e Urbanismo.
- (E) A orientação, a disciplina e a fiscalização do exercício profissional são atividades exclusivas do Conselho, não cabendo ao arquiteto e urbanista colaborar com o CAU para a realização dessas atividades.

## ATUALIDADES Questões de 19 a 22

## QUESTÃO 19

Quando a menina nasceu, nenhum vizinho foi dar os parabéns aos seus pais. Em regiões do Paquistão como o Vale do Swat, onde ela vivia, só o nascimento de meninos é celebrado. Das meninas, espera-se apenas que vivam quietinhas atrás das cortinas, cozinhem e tenham filhos – preferencialmente antes dos 18 anos de idade. Aos 12 anos, para poder continuar indo à escola, desafiou uma das mais cruéis e violentas milícias em ação, o fundamentalista Talibã. Aos 15 anos, foi baleada na cabeça em uma tentativa do grupo de silenciá-la. Sobreviveu ao atentado e, aos 16 anos, tornou-se porta-voz mundial de uma causa até há pouco quase obscura, entre outros motivos, por ter surgido em uma região que já parecia ter problemas a tratar: as milhares de meninas no Afeganistão e no Paquistão que, graças a uma interpretação do Islã eivada de ignorância e ódio, são impedidas de ter acesso à educação e a um futuro melhor.

Revista *Veja*, 16/10/2013, edição 2.343. Editora Abril, pag. 86, com adaptações.

Essa autobiografia da jovem paquistanesa é narrada no livro.

- (A) Afeganistão depois do Talibã.
- (B) O caçador de pipas.
- (C) A costureira de Khair Khana.
- (D) Em que acreditam os muçulmanos.
- (E) Eu sou Malala.



## QUESTÃO 20

Em dezembro de 2010 foi sancionada e regulamentada em dezembro de 2010 a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNLR), que reúne o conjunto de diretrizes e ações a ser adotado, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento adequado dos resíduos sólidos.

Quanto ao objeto e ao campo de aplicação da PNLR, é correto afirmar que

- (A) se aplica aos resíduos radioativos, pois estes não são regulados por leis específicas de acordo com o Ministério do Meio Ambiente.
- (B) estão sujeitas à observância desta lei apenas as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos.
- (C) institui a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos sólidos, incluindo fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e consumidores.
- (D) estabelece a logística reversa, caracterizada por um conjunto de ações e procedimentos, por parte dos consumidores, destinados à coleta e à restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial.
- (E) Serão permitidos os lixões a céu aberto, de acordo com a legislação, nas áreas que não coloquem em risco as nascentes de rios e os lençóis freáticos.

## QUESTÃO 21

Os 25 anos da Constituição brasileira, que se comemoram hoje, talvez contenham em si mesmos – pela mera menção de sua durabilidade – o maior elogio ao texto atualmente em vigor.

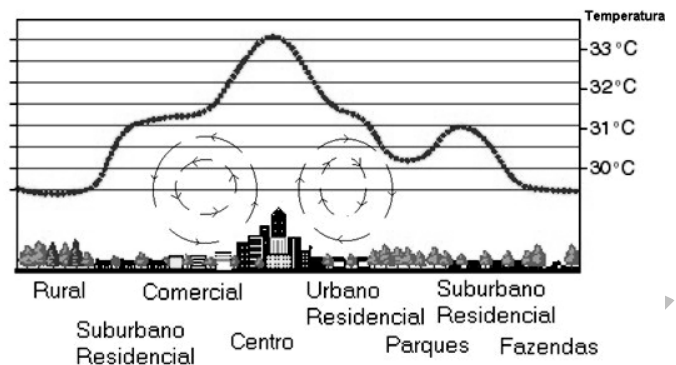
Quando foi promulgada, em 5 de outubro de 1988, não faltaram advertências quanto aos riscos de inviabilidade que a nova Carta projetava sobre os governos do futuro, dado seu detalhismo e sua prodigalidade ao acomodar demandas das mais distintas corporações.

<[www.folha.uol.com.br/opiniao](http://www.folha.uol.com.br/opiniao)>. Seção: Editorial – Constituição em vigor, 05 de outubro de 2013.

Assinale a alternativa que, dentre os diversos fatores, aquele que justifica a denominação “Constituição Cidadã” dada para a atual Carta Magna do Brasil.

- (A) As leis que previam a licença-maternidade e a demarcação de terras indígenas pelos estados e municípios.
- (B) A multa de 50% no ato da demissão de um trabalhador e o direito à greve para os funcionários públicos e privados.
- (C) O direito à titularidade da terra para as mulheres trabalhadoras rurais e o conceito restrito de família.
- (D) A aprovação de leis a qual também contava com audiências públicas que preparavam emendas com a participação da sociedade civil na busca dos próprios interesses.
- (E) A transição entre o período da ditadura militar e a afirmação do regime democrático no País, marcada pela Constituição, tendo total respaldo dos militares desde o movimento Diretas Já.

## QUESTÃO 22



Considere a figura acima, que demonstra um impacto ambiental provocado pela elevação da temperatura nos centros urbanos devido à demasiada concentração de materiais sólidos nas grandes cidades (asfalto, concreto, tijolos, prédios etc.), e observe que, quanto mais afastado do centro urbano menor, será a temperatura.

Sobre o assunto, é correto afirmar que o impacto ambiental demonstrado na figura e aludido no texto se refere à(o)

- (A) inversão térmica.
- (B) ilha de calor.
- (C) zoneamento ecológico.
- (D) buraco na camada de ozônio.
- (E) aquecimento global.

## CONHECIMENTOS EM MICROINFORMÁTICA

### Questões de 23 a 25

Figura 1 para responder as questões 23 e 24.

	A	B	C	D	E	F	G
1	Cidades	População com Saneamento (mil hab.)	População sem Saneamento (mil hab.)				
2	Arquitetolândia	80	80%	20	20%		
3	Urbanópolis	30	75%	10	25%		
4	Belas Paisagens	150	75%	50	25%		
5	Total	260	76%	80	24%		
6		População total: 340 mil habitantes.					
		Fonte: lades.					

## QUESTÃO 23








De acordo com a imagem de uma planilha Excel, apresentada na figura 1, qual é a fórmula usada para definir o percentual da população total sem saneamento?

- (A) = MEDIA % (E2+E3+E4)
- (B) = MEDIA PONDERADA (D2;D3;D4)/(B2;B3;B4)
- (C) = D5/(B5+D5)
- (D) = E5/(C5+E5)
- (E) = (SOMA(E2:E4) 3) / (SOMA(C2:C4)/3)

## QUESTÃO 24

Conforme a figura 1, percebe-se que os percentuais foram arredondados. Os valores exatos até a segunda casa decimal são **76,47%** e **23,53%**. Para que a linha 5 apareça com os totais, conforme mostrado a seguir, assinale a alternativa que apresenta uma sequência correta de cliques no *mouse*.

Total	260	76,47%	80	23,53%
-------	-----	--------	----	--------

- (A) <Selecionar a linha 5>, <Clicar 2 vezes no botão  >.
- (B) <Selecionar a célula C5>, <Clicar 2 vezes no botão  >, <Selecionar a célula E5>, <Clicar 2 vezes no botão  >.
- (C) <Selecionar a célula C5>, <Clicar 2 vezes no botão  >, <Selecionar a célula E5>, <Clicar 2 vezes no botão  >.
- (D) <Clicar em **Iniciador da Caixa de Diálogo**  ao lado de **Número**. Na lista **Categoria**, <Clicar 2 vezes em **Porcentagem**>.
- (E) <Selecionar as colunas C e E> e <Clicar 2 vezes no botão  >.

## QUESTÃO 25

Para evitar a perda de informações importantes, faz-se necessário uma rotina de cópias de segurança (também chamadas de *backup*) conveniente para as necessidades de cada usuário de microinformática. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O *backup* de todos os arquivos do computador pessoal deve ser feito diariamente pelo usuário que os criou ou salvou a última versão.
- (B) Os sistemas operacionais atualmente usados em computadores pessoais têm ferramentas de incentivo ao bloqueio das chamadas cópias de segurança, com o objetivo de evitar a transmissão de arquivos e documentos criados naquele computador.
- (C) A opção adequada para *backups* em ambientes de escritório é salvar os arquivos criados diretamente em HD externo ou *pen drive*, sem salvá-los no disco rígido do PC.
- (D) As mídias óticas (DVD e CD) são as melhores alternativas para *backup* dos arquivos, pois não permitem novas cópias, mas apenas a leitura dos arquivos gravados.
- (E) Os HD externos e os *pendrives* representam, nos dias atuais, uma boa relação custo × benefício para *backups* de arquivos do usuário. O seu uso indiscriminado, porém, representa ameaça à segurança das informações corporativas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questões de 26 a 50

## QUESTÃO 26

Em relação ao Plano Diretor, segundo as disposições da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), assinale a alternativa correta.

- (A) A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada 5 (cinco) anos.
- (B) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas na Lei Orgânica do Município.
- (C) No caso da realização de empreendimentos ou atividades inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional, os recursos técnicos e financeiros para a elaboração do plano diretor estarão inseridos entre as medidas de compensação adotadas.
- (D) Dentre outras hipóteses elencadas, o Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de 200.000 pessoas.
- (E) Os municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos que não tenham Plano Diretor terão até 2.016 para o seu encaminhamento para aprovação pela Câmara Municipal.

## QUESTÃO 27

O Estatuto da Cidade, dentre suas disposições acerca do usucapião especial de imóvel urbano, estabelece que

- (A) aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até 200 metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (B) na ação de usucapião especial urbana é obrigatória a intervenção do Município do imóvel, através de sua Procuradoria.
- (C) a usucapião especial coletiva de imóvel urbano será declarada no âmbito administrativo ou judicial, servindo o ato de título para registro no cartório de registro de imóveis.
- (D) o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, a posse de seu antecessor, ainda que não tenha residido anteriormente no imóvel mas passe a fazê-lo a partir da abertura da sucessão.
- (E) as áreas urbanas com mais de 50 (cinquenta) hectares, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são suscetíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

## QUESTÃO 28

O Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, anunciado pelo governo federal em 2012, prevê o uso de 18,8 bilhões de reais em municípios considerados em situação de risco. Acerca do referido plano, assinale a alternativa correta.

- (A) A maior parte dos municípios atingidos por enchentes encontra-se na Região Centro-Oeste, devido ao relevo acidentado e ao recorrente deslizamento de encostas e morros, principalmente nos meses de janeiro e fevereiro, nos quais a quantidade de chuva apresenta-se superior ao esperado nos últimos dois anos.
- (B) As ações do Plano estão divididas em quatro frentes: 1. prevenção; 2. mapeamento; 3. monitoramento e alerta; e, 4. resposta. A primeira consiste no desenvolvimento de obras estruturantes; a segunda, na localização das áreas de risco; a terceira, na estruturação de uma rede nacional; e a última, no socorro, na assistência e na reconstrução.
- (C) O Plano abrange apenas áreas atingidas por enchentes, mas priorizou alguns estados litorâneos das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, por serem os mais afetados pela quantidade excessiva de chuva.
- (D) O governo federal também inaugurou, em 2012, o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres Naturais (CENAD), com 67 técnicos que trabalham durante os meses críticos de chuva mais intensa, quando a possibilidade de desastres naturais é maior.
- (E) As ações de mapeamento das áreas de risco, previstas no Plano Nacional, são as mais onerosas para o poder público e, por conta disso, preveem consórcios com a iniciativa privada para que possam ser concretizadas.

## QUESTÃO 29

A Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída na Lei nº 12.587/2012, assim como todas as políticas criadas no Brasil, possui princípios, diretrizes e objetivos. Acerca dos objetivos que essa política pretende alcançar, é correto afirmar que consistem em

- (A) reduzir as desigualdades e promover a inclusão social.
- (B) promover o acesso a serviços específicos e especializados.
- (C) promover o desenvolvimento sustentável sem a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades.
- (D) desestabilizar a gestão democrática como instrumento e garantia do desenvolvimento da mobilidade urbana.
- (E) priorizar o transporte motorizado sobre o não motorizado.

## QUESTÃO 30

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) em 2006, foi de grande importância para o entendimento da situação da água e dos recursos hídricos no Brasil e para o desenvolvimento de ações estratégicas que se utilizem desse bem natural de forma sustentável e economicamente viável. Considerando que, já previsto na Lei nº 9.433/1997, o Plano surgiu para consolidar um panorama geral e propor diretrizes, assinale a alternativa correta.

- (A) O PNRH trata da tradição histórica de uso da água e dos recursos hídricos no Brasil, de como ela levou à situação atual e sobre quais são as perspectivas para o futuro. Para isso, o Plano propõe possíveis cenários no País para o ano de 2050, levando em consideração fatores econômicos, de políticas públicas e de crescimento populacional.
- (B) O plano tem como objetivo estabelecer um pacto nacional para a definição de diretrizes e políticas públicas voltadas para a melhoria da oferta de água, especificamente quanto a sua quantidade, gerenciando as demandas e considerando a água um elemento estruturante para a implementação das políticas setoriais.
- (C) O Plano aborda quais setores econômicos usuários de água são relevantes para o desenvolvimento sustentável do País. São eles: saneamento; agricultura e pecuária; geração de energia; transporte aquaviário; turismo e lazer; e, aquicultura e pesca. Não é apresentada a indústria como setor usuário por ser fator mais complexo e depender de políticas mais abrangentes.
- (D) Uma das macrodiretrizes do PNRH é a implementação, o desenvolvimento e a modernização do sistema de outorga dos direitos de uso de recursos hídricos, utilizando metodologias voltadas para a definição de critérios que não levem em conta as especificidades regionais, e sim o panorama nacional, para que haja uma padronização do sistema.
- (E) As diretrizes e as macrodiretrizes trazidas no Plano servem de princípios norteadores para o desenvolvimento do conjunto de programas do PNRH. A implementação desses programas, junto com as metas específicas, deverá possibilitar o alcance dos objetivos pretendidos.



### QUESTÃO 31

A Lei nº 11.445/2007 prevê quando os serviços de saneamento básico podem ser interrompidos para a população. Acerca das hipóteses que podem ocasionar essa interrupção, assinale a alternativa que apresenta uma dessas situações.

- (A) Inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água quanto ao pagamento das tarifas após 45 dias do respectivo vencimento, sem notificação.
- (B) Quando há situações de emergência, que atinjam a segurança de pessoas e bens.
- (C) Quando o usuário não permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, sem prévia notificação.
- (D) Inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água quanto ao pagamento das tarifas após 30 dias do respectivo vencimento, sem notificação.
- (E) Quando o usuário sentir necessidade de que ele próprio efetue reparos, modificações ou melhorias nos sistemas.

### QUESTÃO 32

É assegurado às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como sancionou a Lei nº 11.888/2008. Com relação aos fatores que delimitam a ação dessa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) Famílias residentes em áreas urbanas ou rurais, com renda de até dois salários mínimos, têm o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção da habitação de interesse social, de uso exclusivo residencial próprio.
- (B) Os serviços técnicos de projeto, acompanhamento e execução da obra, previstos pela lei, restringem-se aos de edificação e de regularização fundiária da terra.
- (C) Os serviços de assistência técnica localizados em zonas habitacionais declaradas como de interesse social, cuja execução não seja sob o regime de mutirão, devem ser priorizados.
- (D) Os serviços de assistência técnica devem ser executados por profissionais da área de arquitetura, urbanismo e engenharia, que atuem apenas nas seguintes condições: servidores públicos da União, dos estados ou municípios; integrantes de ONGs sem fins lucrativos; e, profissionais em residência acadêmica ou extensão universitária.
- (E) Essa prestação de serviços para a população de baixa renda também reduz a informalidade na construção, já que formaliza o processo da edificação, reforma ou ampliação perante o poder público.

### QUESTÃO 33

Sobre as Áreas de Preservação Permanente (APP) presentes no Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), assinale a alternativa correta.

- (A) A vegetação nativa situada na APP deve ser mantida pelo proprietário ou possuidor da terra, mas, caso já tenha havido a supressão antes da sanção do Código, ela não precisa ser recomposta.
- (B) A intervenção ou supressão da vegetação nativa de APP somente será permitida em casos de baixo impacto ambiental previstos em lei.
- (C) Quaisquer intervenções, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional ou de interesse da defesa civil devem ser autorizadas pelo órgão ambiental competente.
- (D) O acesso de pessoas e animais às APP é permitido para a obtenção de água e para atividades de baixo impacto ambiental.
- (E) As APP são constituídas de florestas ou outras formações de vegetação nativa, que se situam ao longo de rios, cursos d'água, lagoas, lagos, reservatórios naturais ou artificiais e nascentes. Localizam-se exclusivamente nas zonas rurais do país e têm a função ambiental de, entre outras, preservar os recursos hídricos, as paisagens e o bem-estar da população.

### QUESTÃO 34

A Lei nº 11.124/2005 dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e instituiu o Conselho Gestor do FNHIS. Com relação às disposições dessa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) Um dos objetivos do SNHIS é tornar mais viável para a população de baixa renda o acesso à terra não urbanizada e à habitação digna e sustentável.
- (B) Uma das diretrizes do SNHIS é a de que se utilizem prioritariamente glebas urbanas mais afastadas, para que toda a infraestrutura seja feita do início e da forma correta, como determina a legislação urbana vigente.
- (C) Uma das diretrizes prevê o estabelecimento de mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres, entre o grupo identificado como de menor renda.
- (D) O FNHIS não aceita contribuição ou doação por pessoas físicas ou jurídicas, nem de entidades e organismos de cooperação internacional.
- (E) A presidência do Conselho Gestor do FNHIS será exercida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

### QUESTÃO 35

A Lei nº 9.433/1997, conhecida como Lei das Águas, tem como principal papel a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos, a qual entende a água como um bem essencial à sobrevivência humana e dos animais e busca aproveitar os recursos hídricos, abundantes no País, para a criação de planos estratégicos de desenvolvimento das regiões, tendo consciência das especificidades de cada uma. No que diz respeito aos Planos de Recursos Hídricos abordados na lei, é correto afirmar que são planos

- (A) diretores, de longo prazo, que visam fundamentar e orientar a Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento desses recursos.
- (B) bienais, de curto prazo, que focam em projetos emergenciais e de instalação rápida.
- (C) cujo escopo é obter um diagnóstico detalhado da situação atual dos recursos hídricos do objeto estudado.
- (D) elaborados por bacia hidrográfica, por município, por estado e para o País.
- (E) o quais não apontam diretrizes quanto à cobrança da utilização dos recursos hídricos.

### QUESTÃO 36

De acordo com a Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes para o saneamento básico, assinale a alternativa correta.

- (A) A cobrança pela prestação de serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas será igual dentro de uma mesma cidade, independentemente de fatores ambientais ou econômicos de cada setor.
- (B) Os serviços públicos de saneamento básico podem ter suas tarifas reajustadas até, no máximo, três vezes em um mesmo ano.
- (C) A potabilidade da água será determinada por cada município, de acordo com as características da origem desse bem.
- (D) Quando a instalação hidráulica predial for ligada à rede pública de abastecimento de água, ela só pode ser alimentada pela água fornecida pela prestadora e por poço artesiano próprio.
- (E) Ressalvadas as disposições em contrário das normas do titular, da entidade de regulação e de meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

### QUESTÃO 37

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), instituída pela Lei nº 12.608/2012, é voltada à proteção e à defesa civil, abrangendo ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Acerca das diretrizes da PNPDEC, é correto afirmar que se deve

- (A) priorizar ações corretivas relacionadas à minimização de desastres.
- (B) planejar com base exclusivamente em pesquisas e estudos recentes, dos últimos 12 meses, sobre áreas de risco e incidência de desastres no território nacional.
- (C) ter uma abordagem desmetodizada das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.
- (D) a atuação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas, como difusa, especializada e desarticulada.
- (E) adotar como unidade de análise das ações de prevenção de desastres relacionados a corpos d'água a bacia hidrográfica.

### QUESTÃO 38

Res. nº 17.187/21.27

Sobre os termos utilizados na Resolução nº 51/2012 do CAU/BR, que dispõe sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e quanto às áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas, assinale a alternativa correta.

- (A) Plano setorial urbano é um instrumento técnico voltado para o desenvolvimento local, que é expresso em metas e objetivos de curto e médio prazo e se submete a constantes revisões, apresentando-se na forma de planos diversos.
- (B) Plano diretor é o instrumento técnico que estabelece a natureza e a estrutura do traçado e desenho urbano, considerando zoneamento, sistema viário urbano, setorização e mobilidade urbana, e que servirá de diretriz para a elaboração dos projetos técnicos correspondentes.
- (C) Fiscalização de obra ou serviço técnico representa a atividade que consiste no controle dos aspectos técnicos e econômicos do desenvolvimento de uma obra ou serviço técnico, envolvendo a administração dos contratos e incluindo um rigoroso controle do cronograma físico-financeiro estabelecido.
- (D) Auditoria é atividade técnica que consiste na determinação do valor qualitativo, quantitativo ou monetário de um bem, o qual se constitui de um objeto arquitetônico, urbanístico ou paisagístico.
- (E) Parecer técnico é a atividade técnica que consiste na apuração das causas de determinado evento, na qual o profissional legalmente habilitado, por conta própria ou a serviço de terceiros, efetua trabalho técnico visando à emissão de conclusão fundamentada.

### QUESTÃO 39

De acordo com a Resolução nº 10/2012 do CAU/BR, assinale a alternativa que **não** apresenta atividade dos arquitetos e urbanistas, na especialidade de Engenharia de Segurança do Trabalho.

- (A) Planejamento, desenvolvimento e implantação de técnicas relativas a gerenciamento e controle de riscos.
- (B) Supervisão, coordenação e orientação técnica dos serviços de Engenharia Civil, Elétrica e de Segurança do Trabalho.
- (C) Acompanhamento da execução de obras e serviços decorrentes da adoção de medidas de segurança, quando a complexidade dos trabalhos a executar assim o exigir.
- (D) Informação aos trabalhadores sobre as condições que possam trazer danos a sua integridade e as medidas que eliminem ou atenuem esses riscos e que deverão ser tomadas.
- (E) Estudo das instalações, das máquinas e dos equipamentos, identificando os respectivos pontos de risco e projetando dispositivos de segurança.

### QUESTÃO 40

De acordo com a Resolução nº 22/2012 do CAU/BR, que dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional da arquitetura e urbanismo, assinale a alternativa correta.

- (A) A fiscalização *in loco* será feita por agente de fiscalização do CAU/BR, designado exclusivamente para este fim.
- (B) À fiscalização compete verificar, na prestação de serviços de arquitetura e urbanismo, a existência da Certidão de Acervo Técnico (CAT) correspondente, nos termos do que dispõe resolução específica do CAU/BR.
- (C) É vetado ao CAU/UF a efetivação de convênios para realização de ações integradas de fiscalização do exercício profissional com outros órgãos públicos.
- (D) Os CAU/UF executarão sua fiscalização, entre outras formas, por meio de módulos avançados operados dentro do Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU), utilizando-se de base georreferenciada de apoio.
- (E) Ao relatório de fiscalização devem ser anexadas cópias autenticadas de documentos que caracterizem a infração e a abrangência da atuação da pessoa, física ou jurídica, responsável pela atividade fiscalizada, e que permitam embasar potenciais demandas judiciais.

### QUESTÃO 41

O registro para habilitação ao exercício profissional de arquitetos e urbanistas, diplomados no País por instituições de ensino superior de Arquitetura e Urbanismo oficialmente reconhecidas pelo poder público, deverá ser feito no(na)

- (A) seccional estadual ou municipal do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.
- (B) própria instituição de ensino superior que forneceu o diploma de graduação em Arquitetura e Urbanismo.
- (C) Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado, ou do Distrito Federal, da jurisdição do domicílio do profissional.
- (D) Delegacia Regional do Trabalho (DRT) mais próxima da residência ou do endereço profissional do arquiteto e urbanista.
- (E) Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado, ou do Distrito Federal, da jurisdição da realização da obra.

### QUESTÃO 42

Res.17 18.21

Assinale a alternativa correta sobre a Certidão de Acervo Técnico (CAT) e os atestados de capacidade técnica.

- (A) A CAT permanece válida mesmo que haja modificações no projeto arquitetônico, limitando-se a modificação nos dados técnicos quantitativos constantes dos Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) que a constituem em quantidade igual ou inferior a 25 % (vinte e cinco por cento).
- (B) A sigla CAT-A é usada para designar Certidão de Acervo Técnico do Arquiteto.
- (C) Não há restrição para a emissão da CAT ao arquiteto e urbanista.
- (D) O registro de atestado de capacidade técnica será deferido se, após análise da documentação apresentada e visitação ao projeto arquitetônico por equipe do CAU/UF, verificar-se que há correspondência entre os dados informados e aqueles constantes dos RRT registrados no CAU/UF em nome do arquiteto e urbanista responsável.
- (E) A CAT deverá ser solicitada por meio de requerimento com a indicação dos RRT que fundamentem a sua constituição e de declaração do arquiteto e urbanista responsável em que este afirma que as atividades registradas foram efetivamente realizadas e concluídas.

## QUESTÃO 43

Assinale a alternativa correta sobre o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).

- (A) O RRT Derivado será feito quando resultar de registro de atividades compreendidas em Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) anteriormente registrada junto ao Sistema CONFEA/CREA.
- (B) O RRT de Cargo-Função será feito quando envolver uma mesma atividade em diversos endereços de execução no mesmo mês.
- (C) O RRT Simples será feito quando se referir a edificação com área de construção total de até 70 m<sup>2</sup>, destinada ao uso residencial.
- (D) O RRT Retificador será feito quando envolver as atividades abrangidas na responsabilidade de profissional designado para cargo ou função, pública ou privada.
- (E) O RRT Mínimo será feito quando envolver uma atividade em um único endereço de execução.

## QUESTÃO 44

Quanto ao registro temporário, no CAU, de arquitetos e urbanistas, brasileiros ou estrangeiros, diplomados no exterior, assinale a alternativa correta.

- (A) O registro temporário é instrumento transitório e concedido apenas a arquiteto e urbanista, brasileiro ou estrangeiro, diplomado no exterior e com domicílio no País.
- (B) O registro temporário será exclusivamente concedido a arquiteto e urbanista diplomado no exterior e sem domicílio no País, desde que ele comprove ser vencedor em concurso internacional de arquitetura e urbanismo realizado no Brasil.
- (C) Para a emissão do registro temporário, faz-se necessário, entre outros, declaração do contratante ou futuro contratante, especificando as atividades que o arquiteto e urbanista irá desenvolver no País.
- (D) Os documentos emitidos por países integrantes do Mercosul e legalizados pela autoridade consular brasileira não necessitam de tradução, nos termos da legislação em vigor.
- (E) Para solicitação do registro temporário, não há necessidade de apresentação de comprovante de quitação com Justiça Eleitoral pelos arquitetos e urbanistas brasileiros.

## QUESTÃO 45

Assinale a alternativa correta acerca do registro e sobre a alteração e a baixa de registro de pessoa jurídica de arquitetura e urbanismo nos CAU/UF.

- (A) A pessoa jurídica individual utiliza-se do mesmo Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e número de matrícula do arquiteto e urbanista (pessoa física) proprietário da empresa.
- (B) A pessoa jurídica com registro originário de Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) não poderá ser registrada no CAU/UF.
- (C) Para fins de registro no CAU, um arquiteto e urbanista só pode exercer a responsabilidade técnica por uma única pessoa jurídica.
- (D) O processo de registro de pessoa jurídica será submetido à avaliação do CAU/UF que poderá promover diligências para saneamento de pendências, concedendo prazo para manifestação da requerente.
- (E) As pessoas jurídicas que solicitarem registro nos CAU/UF ficam obrigadas, no ato da solicitação, a comprovar o pagamento aos seus arquitetos e urbanistas de, pelo menos, um salário mínimo.

## QUESTÃO 46

Com relação a Resolução nº 38/2012 do CAU/BR, assinale a alternativa correta.

- (A) A jornada de trabalho mínima definida para o arquiteto e urbanista é de oito horas diárias.
- (B) Em caso de não cumprimento da legislação sobre o salário mínimo profissional do arquiteto e urbanista, a autuação pelo CAU/UF só poderá ocorrer após notificação da pessoa física ou jurídica contratante e fixação de prazo para a regularização da situação.
- (C) Ao CAU é vetada a aplicação de penalidades à pessoa jurídica que descumprir a resolução que estabelece o salário mínimo profissional dos arquitetos e urbanistas. Tal situação deve ser encaminhada ao Ministério Público do Trabalho para o acionamento dos dispositivos jurídicos cabíveis.
- (D) É competência exclusiva do Ministério do Trabalho, por intermédio das Delegacias Regionais do Trabalho (DRT), fiscalizar o cumprimento do salário mínimo profissional dos arquitetos e urbanistas.
- (E) O salário mínimo profissional do arquiteto e urbanista é calculado a partir do salário mínimo profissional definido para o engenheiro e equivale a 1,25 vezes o valor legal definido para o profissional de engenharia.






## QUESTÃO 47

De acordo com a Resolução nº 21/2012 do CAU/BR, as atribuições profissionais dos arquitetos e urbanistas serão representadas no Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU) por meio de várias atividades. Entre as atividades relacionadas a **Projeto**, encontram-se

- (A) ensino, pesquisa e padronização de produto para construção.
- (B) arquitetura das edificações, arquitetura de interiores e arquitetura paisagística.
- (C) zoneamento geoambiental e diagnóstico ambiental.
- (D) execução de obra urbanística e preservação de edificações de interesse histórico-cultural.
- (E) supervisão de obra ou serviço técnico.

## QUESTÃO 48

As rotas de fuga e as saídas de emergência devem ser sinalizadas com informações visuais e sonoras. A porta de acesso às áreas de resgate deve ser identificada com sinalização em material fotoluminescente ou ser retroiluminada. Considerando essa informação e com base na Norma ABNT NBR 9050, assinale a alternativa que indica como deve ser sinalizada a área de resgate para pessoas com deficiência.

(A)	
(B)	
(C)	
(D)	
(E)	

## QUESTÃO 49

Os princípios jurídicos, como espécie das normas, visam a direcionar os comportamentos e, no Direito Administrativo, eles ganham relevância na medida em que os agentes públicos devem neles pautar suas condutas, tanto para modular a aplicação das regras quanto para interpretar situações, em inexistindo regras. A respeito dos princípios jurídicos do Direito Administrativo brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A supremacia do interesse público, vetor de interpretação do Direito Administrativo, não é princípio incluído entre os seus expressos.
- (B) O princípio da impessoalidade e sua matriz, a isonomia, em face da estatura constitucional daquele, não podem ser mitigados.
- (C) O princípio da eficiência tem previsão de aplicação para os serviços públicos prestados diretamente à coletividade, na medida em que podem por esta serem avaliados, não havendo hipótese de observância em relação aos serviços administrativos internos das pessoas federativas, em face da autonomia administrativa por estas ostentada.
- (D) Uma vez caracterizada a condição de serviço público, não pode ele ter cessado o seu fornecimento, ainda que por falta de pagamento, em face do princípio da continuidade dos serviços públicos. O seu fornecimento, nesses casos, deve ser imediatamente reestabelecido, quer pela Administração Pública, quer pelo Poder Judiciário, cabendo ao prestador a adoção de medidas próprias de cobrança.
- (E) O princípio da segurança jurídica não é incluído dentre os expressos do Direito Administrativo.

## QUESTÃO 50

A extinção dos atos administrativos é ponto que merece estudo por parte dos operadores do Direito Administrativo. Acerca do tema, assinale a alternativa correta da Doutrina administrativista de José dos Santos Carvalho Filho.

- (A) Os atos administrativos do Poder Executivo podem ser invalidados, em havendo qualquer hipótese de vício, tanto pelo próprio Poder, quanto pelos Poderes Judiciário e Legislativo, sendo, neste último caso, exclusivamente por Lei.
- (B) Em face das suas características de existência, a revogação não tem caráter definitivo.
- (C) O fundamento sem conexão com o objetivo almejado pela Administração caracteriza vício ao elemento da finalidade do ato administrativo.
- (D) A invalidação pelo Judiciário atinge todo tipo de ato administrativo com vício de legalidade.
- (E) Todas as espécies de ato administrativo podem, desde que fundamentadamente justificado, ser revogados, nas hipóteses de conveniência e oportunidade definidas pela Administração Pública.



## PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva:

- A prova discursiva consiste na elaboração de um texto dissertativo.
- A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e não deverá conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva.
- A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- O texto deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 40 (quarenta) linhas, com base no tema a seguir apresentado.

**Leia, com atenção, o texto a seguir.**

A Lei Federal nº 10.257/2001, também chamada de Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Uma das diretrizes gerais da lei é a “*gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano*”, conforme o inciso II do art. 2º.

“*O CAU/BR e os CAUs têm como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo.*” (§ 1º do art. 24 da Lei Federal nº 12.378/2010).

Considerando que o texto tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo que faça um paralelo entre o aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo e os instrumentos da política urbana, de acordo com o Estatuto da Cidade, levando em conta o papel dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo nas sociedades brasileira e local.

**Área livre - rascunho na página seguinte**

**Rascunho**

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	
35	
40	